

## A Falácia da Co-Incineração

A solução da poluição em Portugal, como em todo o planeta em geral, exige medidas de fundo. É preciso criar um modo de produção que acabe com o "lixo", isto é, o próprio "lixo" tornar-se-á, todo ele, recurso ou bem natural novamente disponível.

A noção de reciclagem é de resto a regeneração que transforma os detritos momentâneos em bens renovados e reutilizáveis. É este o grande "milagre" negentrópico que teremos de generalizar no futuro processo civilizacional.

O antigo processo civilizacional urbano-industrial, que a humanidade construiu sobretudo a partir do séc. XIX, tem a ver com uma cosmovisão maquinista do mundo e uma lógica linear que preside a esse ponto de vista.

No final do séc. XX, a cosmovisão foi-se alterando. O esgotamento dos bens naturais e das energias fósseis, o uso de materiais não recicláveis e tóxicos, revelou o carácter auto-destrutivo deste paradigma.

Uma nova cosmovisão eco-sistémica e uma eco-técnica, permitem encontrar fundamentos alternativos para este "modelo" esgotável, esgotante e esgotado.

**Reduzir** os resíduos, **reutilizar** objectos produzidos, **reciclar** e utilizar energias **renováveis**, possibilitam **repensar** o processo produtivo e encarar um desenvolvimento **ecologicamente** sustentado e valorizando a associação e a cooperação entre produtores, consumidores e decompositores da biocenose.

A comissão científica em que o governo se apoia, não fez uma investigação sistémica nem abordou a questão da complexidade entre as relações do desenvolvimento da técnica e da sociedade.

Confessou não ter suficientes dados. Abordou de uma forma analítica a questão das técnicas de queima de resíduos, sem uma visão mais ampla e que assentasse sobre uma óptica preventiva.

De resto, para uma abordagem complexa e sistémica, teria que se proceder à recolha de informação que ainda não existe e teria que se alargar a problemática do ambiente a uma vasta rede de implicações, o que levaria à organização de múltiplas equipas transdisciplinares que, aliás, já deveriam estar a trabalhar em todo o território.

É claro que o sr. Ministro tem dito que é preciso agir..., agir..., agir!...

Mas não pode escudar-se então em estudos tão analíticos e parcelares numa comissão reduzida e redutora por falta de dados e abrangência de problemáticas, legitiimando tecno-idolatricamente a decisão política, como se a política fosse mero instrumento técnico.

Se o Ministro Sócrates e o governo, quisessem verdadeiramente agir e em matéria de que não ressaltam já dúvidas na comunidade científica nem nas populações, iria agir no **essencial**, resolvendo os problemas de fundo:

- substituir as fontes de energia fóssil por energias renováveis;
- organizar a reciclagem de águas usadas, em todo o território;
- regenerar os cursos de água poluídos;
- proceder à arborização em função da biodiversidade, do bioclima e das necessidades para um desenvolvimento ecologicamente sustentável;
- implementar transportes públicos não poluentes;
- minimizar, indo mesmo até à eliminação total, todos os resíduos tóxicos;
- promover os processos de reciclagem de todos os lixos. E, nos resíduos perigosos, adoptar ainda medidas de reciclagem cada vez mais controladas, susceptíveis de reciclar, por exemplo, os solventes e os óleos, como revelam as experiências já existentes na Europa .

Apesar de tudo, admitindo que ficariam, eventualmente, por resolver outros resíduos perigosos (percentagem já muito reduzida em relação aos restantes lixos), só então, no **final de linha de todo este processo de reciclagem e reutilização**, se colocaria o destino desses eventuais resíduos tóxicos.

O governo quer começar pelo fim, como se a solução da poluição dependesse da co-incineração. É a lógica da maquilhagem, da panaceia, para fingir que se muda, continuando tudo na mesma e servindo interesses privados em detrimento de interesses públicos.

Se o governo estivesse bem intencionado, como diz que está, e admitindo (o que é discutível) que a co-incineração fosse a única alternativa possível para a comissão científica independente, então, mesmo nesse caso, a co-incineração seria utilizada como um mal menor "in extremis", num prazo restrito e apenas em função dos lixos tóxicos acumulados no passado, sem se permitirem futuras emissões tóxicas. Haveria ainda a opção de armazenar até se conseguirem novos processos de reciclagem ou reutilização, que todos os dias estão surgindo, como mostram inúmeras novas empresas para o tratamento de resíduos tóxicos.

O que é claro é que este governo, sem um plano estrutural e medidas práticas de fundo para prevenir os meios que determinam os lixos tóxicos e, ao "apostar" na co-incineração, do modo como o faz, incentiva a continuação de produção de resíduos tóxicos: podem continuar a "lixar" o ambiente pois o governo arranjou um processo alargado de "limpar". Eis o que se revela, em substância, com este tipo de apostas em que lixo e negócio andam de mãos dadas.

É que o governo, nos lixos como na habitação, na sociedade como no território, mais não faz do que estar ao serviço da globalização, geo-estratégia das grandes multinacionais, sem querer responder aos interesses públicos,

planetários.

O programa polis é outra panaceia fachadista para enfatizar o valor de troca em relação às necessidades públicas, nesta economia neo-liberal em que se pretende transformar o mundo numa mega empresa para enriquecer meia dúzia de "big brother?s" accionistas deste funesto desígnio de exploração e devastação do planeta.

Se a aposta do governo fosse verdadeiramente empenhada no desenvolvimento ecologicamente sustentado, eram eco-polis que o governo deveria promover.

Por isso, o governo não dá passos sólidos e importantes na prevenção. O frenesim do sr. Ministro parece estar todo orientado para o negócio dos lixos e da co-incineração, sem querer resolver os problemas de prevenção.

O filósofo português Pedro Hispano (séc. XIII), definiu **falácia** como uma forma de "fazer crer que é, aquilo que não é, mediante alguma visão fictícia, sem consistência real".

**Concluindo:**

A falácia do Ministro Sócrates, ao querer insistir na co-incineração, oculta a verdadeira solução do problema, que consiste em, preventivamente, evitar o uso da própria co-incineração, por esta não ser solução.

Faz-me lembrar uma história, talvez portuguesa, turca ou chinesa. Já não me lembro.

Um vendedor estava muito interessado em vender um par de botas. Mas estas eram pequenas e não serviam nos pés do comprador. A ganância era tanta que o vendedor tentou convencer o cliente a deixar-lhe cortar um bocado do pé para lhe calçar a bota... Diz-nos esta história-ensino que quando o vendedor se preparava para lhe cortar o pé, recebeu um valente pontapé!...

**Jacinto Rodrigues**  
Faculdade de Arquitectura / Universidade do Porto